

# BC reafirma que paga dívida, mas só se houver crescimento

O diretor da área externa do Banco do Brasil, Sérgio de Freitas, reiterou ontem, no seu primeiro contato com a comunidade financeira internacional, após assumir o cargo, em Viena, a posição brasileira de respeitar seus compromissos internacionais, mas "o presidente eleito Tancredo Neves já deixou implícito que repudia o desemprego e a capacidade ociosa a que parecemos condenados como forma de solucionar a crise da dívida externa". Freitas argumentou que a continuidade da transferência de 4% do produto interno bruto (PIB) ao exterior para honrar compromissos externos ameaça o crescimento econômico brasileiro, "ainda mais porque, em decorrência da recessão, a taxa de poupança doméstica caiu de 22 para 16% do PIB".

O Banco Central distribuiu, em Brasília, o texto do discurso do seu diretor na 26.ª Assembleia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na Áustria, em que Sérgio de Freitas alerta para a urgência de um movimento de todos os interessados — países credores e devedores, bancos internacionais e instituições multilaterais — "para a estruturação de um convivência com o problema da dívida que admite o crescimento econômico da América Latina, pois certamente ela rejeitará a recessão permanente".

Sem entrar nos aspectos técnicos da renegociação da dívida latino-

americana, o diretor do Banco Central alertou que "a regra áurea para todos é subsistir, enquanto novas perspectivas, instituições ou fórmulas são desenvolvidas". Com dívida externa bruta de US\$ 102,44 bilhões que exige a remessa líquida anual de US\$ 11,2 bilhões, Sérgio de Freitas ressaltou que o acúmulo de superávits comerciais não leva à reversão da crise latino-americana, "e que é necessário estabelecer um sistema de convivência entre credores e devedores".

O diretor do Banco Central avisou a comunidade financeira que um governo civil com expressivo e incommum apoio, em todos os segmentos da Nação, sucede 20 anos de presidentes militares. "Essa importante transformação política, longamente ansiada pelo povo brasileiro, inaugurou a Nova República e apresenta naturalmente uma fonte de inspiração para a solução dos problemas sociais e econômicos, que se agravaram nos últimos anos" — lembrou Sérgio de Freitas.

Após a queda de 12% da renda per capita nos últimos quatro anos e o retrocesso da oferta de emprego ao nível de dez anos atrás, Freitas ressaltou que o governo brasileiro está às voltas com a "missão maior" de administrar as contradições de curto prazo, para conciliar retomada de crescimento econômico, combate à inflação e equilíbrio das contas externas, em resposta aos reclamos nacionais e metas "in-

dissociáveis e necessárias", a longo prazo.

O Brasil já fez o ajuste possível para atender ao encaminhamento tradicional da rolagem da dívida externa, observou o diretor do Banco Central: "Em contraste com a recomendação da Organização das Nações Unidas de que haja uma ajuda das nações desenvolvidas às menos desenvolvidas de 0,7% dos respectivos PIB, um país como o Brasil, ainda com enorme déficit social está enviando ao exterior 4% do seu produto desenvolvido. Mesmo o aumento de produção de 4,5% em 1984 não foi acompanhado de aumento de consumo ou investimento, por causa das transferências para o exterior".

Depois, Sérgio de Freitas fez uma colocação incisiva: "Um governo consciente tem o direito de exigir de uma geração de seu povo que renuncie ao progresso econômico, condenando-o à sorte de que escapava com esforço? E se o quisesse, subsistiria o governo à insatisfação? Sabemos que a resposta aos dois quesitos é não". "Por que deveriam nações de tradicional vinculação aos Estados Unidos, integradas no mundo ocidental, e com graves problemas sociais, pagar uma parcela da conta dos desacertos entre o orçamento americano e sua política monetária?" — questionou o diretor do Banco Central e antigo colega do chanceler Olavo Setúbal no Banco Itaú.